

PROMOÇÃO DA SAÚDE

JARDIM MEDICINAL: ANCESTRALIDADE E SABER POPULAR NA AUTONOMIA DO CUIDADO NO TERRITÓRIO

Bruna Suellen Pereira¹

Keila Formiga de Castro²

Ágna Retyelly Sampaio de Souza³

Águida Raquel Sampaio de Souza⁴

Célida Juliana de Oliveira⁵

Erika Romeria Formiga de Sousa⁶

Dentre as mais variadas formas populares de cuidar da saúde das populações encontra-se o uso das plantas como recurso medicinal e as práticas integrativas e alternativas no cuidado a saúde da população têm sido cada vez mais utilizadas pelos profissionais de saúde, sendo o uso das plantas medicinais uma delas. Estimular e integrar os saberes ancestrais aliados ao conhecimento científico na promoção da saúde, em especial no tocante ao uso da fitoterapia na Atenção Primária à Saúde como forma de promover a autonomia nos modos de produção da saúde nas comunidades e territórios se faz importante e necessário. Tendo em vista que a inserção da comunidade, considerando a sua cultura e saberes ancestrais são fundamentais para um processo de autocuidado, o presente trabalho tem como objetivo relatar as atividades desenvolvidas por uma equipe de saúde da família, na implementação de uma farmácia viva tipo 1 e uso e manejo de plantas medicinais nos territórios. Trata-se de um relato de experiência da construção e implementação de uma farmácia viva tipo 1 e descrição de abordagens e atividades como forma de produção de saúde da comunidade assistida pela equipe de Saúde da Família Baixo das Palmeiras em Crato-CE. Com a colaboração da população, estudantes, profissionais atuantes nas unidades básicas e algumas instituições foi possível implantar a farmácia, que possui plantas ornamentais, medicinais, hortaliças, entre outras, sendo nomeado de Jardim Medicinal. Houve a identificação de cada planta pelos profissionais residentes, com a confecção de placas com nome popular, científico e indicação, baseados em dados científicos. Foram realizadas várias oficinas dentro do território com o enfoque na utilização adequada de plantas medicinais. Para promover saúde e levar orientações a população foram realizadas rodas de conversa, entrega de partes da planta *in natura*, prescrição

¹ Farmacêutica. Discente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Universidade Regional do Cariri. E-mail: brunasuellen.efif@gmail.com

² Enfermeira da Estratégia Saúde da Família em Crato-CE. Preceptora do Programa de Residência em Saúde Coletiva da URCA. Discente do curso de Mestrado Profissional em Saúde da Família. Membro dos grupos de pesquisas GPCLIN e GPESCC. E-mail: keilaformigacastro2@gmail.com

³ Profissional de Educação Física. Discente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Universidade Regional do Cariri. E-mail: agnaretyelly@hotmail.com

⁴ Enfermeira. Discente do curso de Mestrado Acadêmico em Enfermagem da URCA. E-mail: aguidaraquel.sampaio@gmail.com

⁵ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente da Universidade Regional do Cariri. Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão em Saúde Cardiovascular (GPESCC). E-mail: celida.oliveira@urca.br

⁶ Enfermeira da Estratégia Saúde da Família em Crato-CE. Preceptora do Programa de Residência em Saúde Coletiva da URCA. Membro dos grupos de pesquisas GPCLIN. E-mail: erikaromeria@hotmail.com

de fitoterápicos pelos profissionais da equipe de saúde e entrega de informativos, além da produção de um *e-Book*. Um diálogo próximo e efetivo entre comunidade, ensino e serviço é fundamental para a mudança do paradigma da saúde. Observou-se que a relação entre a população local e os profissionais atuantes nas unidades básicas, foi fundamental, uma vez que a troca de saberes proporcionou resgatar aspectos culturais e científicos em busca da promoção a saúde da população de forma sustentável e rentável.

Palavras - Chave: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde; Promoção da Saúde; Fitoterapia; Educação popular em Saúde

INTRODUÇÃO

O reconhecimento e valorização por parte dos serviços, sistemas e profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), com relação às práticas de saúde vivenciadas no território adscrito na Atenção Primária a Saúde (APS) é imprescindível para o fortalecimento de vínculos e estímulo à promoção da saúde das populações.

Dentre as mais variadas formas populares de cuidar da saúde das populações encontra-se o uso das plantas como recurso medicinal, por constituir parte da biodiversidade e serem amplamente utilizadas desde os primórdios da civilização por vários povos e de diversas maneiras. Atualmente, cerca de 80% da população utiliza recursos da medicina popular para prevenção e tratamento de alguma doença, sendo que os conhecimentos das técnicas utilizadas e o emprego são transmitidos por gerações de forma oral. Evidencia-se o crescente aumento das pesquisas etnofarmacológicas e emprego de técnicas modernas de farmacologia, bioquímica, toxicologia e biologia molecular para avaliar, preconizar e validar o uso de plantas medicinais, o que também favorece a diminuição do tempo gasto no desenvolvimento de um novo medicamento (FIRMO *et al.*, 2011).

A fitoterapia é a ciência que estuda a utilização dos produtos de origem vegetal com a finalidade terapêutica para prevenir, atenuar ou curar um estado patológico e caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal (ARAÚJO, 2014).

O reconhecimento da importância de plantas para o desenvolvimento de fármacos modernos e terapeuticamente mais eficazes foi finalmente e

nacionalmente oficializado pelo lançamento da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, aprovada por meio do Decreto N° 5.813 em 22 de junho de 2006, a qual estabelece diretrizes para o desenvolvimento de ações voltadas à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, ao desenvolvimento de tecnologias e inovações, ao fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos e ao uso sustentável da biodiversidade brasileira (BRASIL, 2015).

O campo das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais são também denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de medicina tradicional e complementar/alternativa. Tais medicinas têm o propósito de possibilitar um conhecimento maior do indivíduo em relação a si mesmo, seu corpo e seu psiquismo, buscando gerar maior autonomia do sujeito em face de seu processo de adoecimento e facilitando um projeto de construção, ou reconstrução, da própria saúde (ARAÚJO, 2014).

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), foi implementada no SUS no ano de 2006, reconhecendo a importância da ampliação do acesso e da institucionalização das plantas medicinais em sua rede de atenção. Recentemente percebemos como desdobramentos da PNPIC a qualificação e o fortalecimento do uso racional das plantas medicinais em cuidados primários, sendo a Estratégia Saúde da Família (ESF) um espaço estratégico para esse encontro entre o conhecimento popular e o sistema de saúde (BRASIL, 2015).

Desde o final da década de 1970 tornou-se uma preocupação da Organização Mundial de Saúde (OMS) fomentar, legitimar e incorporar tais práticas como políticas públicas de saúde das populações. No Brasil, essa discussão se inicia na década de 1980, com a ampliação e fortalecimento ao longo dos anos e em 2006 se torna uma política de saúde (BRASIL, 2015).

Já que grande parcela da população tem a natureza como fonte de cuidado para a saúde e depende de práticas leves e longitudinais, tais práticas foram reunidas na atenção primária à saúde, que, no Brasil, absorve grande demanda da população. A ESF, criou espaços de produção de saúde pautados na organização do processo de trabalho de maneira que se conheça o território

e que se arranje equipes e serviços de acordo com as necessidades da comunidade (SANTOS; RIGOTTO, 2010).

O Brasil detém uma grande parcela da biodiversidade mundial, somando cerca de 15 a 20%. As plantas têm várias utilidades inclusive seu uso na medicina tradicional, na qual são fabricados remédios caseiros respeitando crenças, cultura e ancestralidade. Esse amplo patrimônio em conjunto com a cultura e genética, proporciona ao desenvolvimento de projetos na área da saúde, relacionados a plantas medicinais e fitoterápicos, que podem ser inseridos na comunidade, de forma a praticar o uso sustentável, de forma ética, dos componentes da biodiversidade (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, estimular e integrar os saberes ancestrais aliados ao conhecimento científico na promoção da saúde, em especial no tocante ao uso da fitoterapia na APS como forma de promover a autonomia nos modos de produção da saúde nas comunidades e territórios se faz importante e necessário. Assim, o presente estudo se propõe a relatar as atividades desenvolvidas por uma equipe de saúde da família, na implementação de uma farmácia viva tipo 1 e uso e manejo de plantas medicinais nos territórios.

MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência desenvolvida pelos profissionais da ESF do Baixo das Palmeiras, situada na zona rural de Crato-CE, em parceria com a comunidade, mezinheiras, profissionais residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva (RMSC) da Universidade Regional do Cariri (URCA) e acadêmicos do curso de agronomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA), na construção e implantação farmácia viva tipo 1 e ampliação do escopo de ações de promoção e proteção da saúde no território na unidade básica de saúde do distrito Baixo das Palmeiras.

O distrito possui um potencial natural para as práticas de sustentabilidade, com imensa diversidade de fauna e flora pela proximidade com a Floresta Nacional do Araripe (FLONA), em pleno desenvolvimento e movimento de aproximação com as características de territórios saudáveis, bem viver, práticas agroecológicas, propício para as práticas de uso e manejo das plantas medicinais, o que se identificou como um saber que estava se perdendo ao longo do tempo.

Diante desse potencial ofertado pela comunidade, estabeleceu-se uma parceria entre o curso de agronomia da UFCA e a ESF Baixio das Palmeiras, que resultou em um projeto de extensão de protagonismo comunitário implementado a partir de abril de 2018, cujo foco inicial foi o de implementar na unidade de saúde uma farmácia viva tipo 1.

Em abril de 2018, foram iniciadas as atividades, com a realização de rodas de conversa para sensibilizar e apresentar o projeto para a comunidade e trabalhadores da saúde, no próprio espaço onde viria a ser construído e implantada a farmácia viva tipo 1, cujo nome adotado passou a ser Jardim Medicinal. Em seguida, iniciaram-se as construções dos canteiros das plantas medicinais, as quais foram doadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

Foram realizadas várias oficinas dentro do território com o enfoque na utilização adequada de plantas medicinais, assim como a forma as quais devem ser utilizadas, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), como também com a participação dos trabalhadores e comunidade, produzindo xaropes, sabonetes naturais, pomadas, garrafadas, dentre outros, todos fabricados de forma sustentável. Algumas atividades foram necessárias para angariar recursos financeiros de apoio popular para a aquisição das plantas ornamentais que iriam compor o paisagismo da unidade, construído de forma conjunta com os estudantes, trabalhadores e população local, além de doações e materiais locais sustentáveis também compuseram parte do projeto.

Em 2020, em parceria com os profissionais residentes da URCA, foi produzido um *e-Book* intitulado “Guia de Plantas Medicinais - Farmácia Viva ESF Baixio das Palmeiras”, um guia prático de como utilizar as plantas produzidas no horto da UBS de forma correta.

Em 2021 foram criados os projetos Sala de Espera Educativa e Cantinho do Chá. Os projetos englobam uma série de atividades voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde e um dos pontos discutidos é o uso racional de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos explanado o assunto em rodas de conversa, por meio de postagens nas redes sociais da ESF, na entrega de materiais e oferta de chá aos pacientes que aguardam as consultas médicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implantação do jardim medicinal na UBS, assim como as práticas para conscientização da população quanto ao uso e cultivo de plantas medicinais foram favoráveis a uma série de fatores, como prescrição e adesão de fitoterápicos, partes das plantas das quais é possível fazer chás, lambedores, entre outros produtos naturais, sendo bem aceito pela população local.

A importância da implementação de uma política de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS abre perspectivas, no que diz respeito à criação de tratamentos alternativos para os usuários. A vantagem da prescrição e, consequente, uso de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais é a redução de custos, uma vez que estes são menos onerosos, possuem menor risco de causar efeitos adversos se utilizados de forma adequada, serem de fácil acesso a população e fortalece o resgate dos saberes populares e culturais passados por gerações, relacionados ao tratamento e cura de doenças (FIGUEIREDO, 2014; TERAMOTO, 2019; GALANTE *et al.*, 2019).

A abordagem inicial com as rodas de conversa e interação com o local de implantação da farmácia viva tipo 1, para incentivar a população na construção e continuidade do projeto foram fundamentais. De forma participativa com todos os atores envolvidos, comunidade, trabalhadores e estudantes, foi concluída a recuperação paisagística da unidade de saúde e construído um espaço compartilhado de acolhimento para realização das atividades da equipe. Em paralelo, foi realizada a reforma e reparo do estabelecimento, a identificação de cada espécie, que compõe o canteiro, realizada pela profissional bióloga residente em saúde coletiva, constando de nome científico, nome popular e as indicações terapêuticas, conforme estudos literários, inseridos em placas personalizadas referenciadas e colocadas ao lado da espécie vegetal.

Os processos terapêuticos ocorrem mediante contribuição de todas as partes envolvidas, quem cuida e quem é cuidado devem interagir de maneira que as subjetividades e questões específicas da comunidade sejam consideradas e absorvidas pela técnica proposta. A valorização do território, demonstrada pelo desenvolvimento das práticas conhecidas e implementadas pela comunidade denotam o interesse pela integralidade da atenção à saúde, e deve ser estimulada enquanto política nacional e diretriz para os serviços. Os

saberes populares são a condensação das práticas estabelecidas e reproduzidas nas comunidades, herdadas por meio da oralidade, representando determinado agrupamento cultural (STAROSTA; ANJOS, 2020).

Foram realizados eventos no território e percebeu-se a participação da equipe e comunidade. Esses eventos foram a “II Convergência de Permacultura do Ceará” e “I Convergência Centro-Nordestina de Permacultura”, ocorridas em 2018. Essa participação evidencia um resgate da população quanto ao uso de plantas medicinais e práticas populares, mostrando maior interesse dos profissionais e trabalhadores de saúde quanto ao uso destes vegetais e fitoterápicos. Também retrata maior vínculo entre a comunidade e equipe de saúde e mostra responsabilização dos envolvidos com a manutenção do projeto e recrutamento de novos voluntários do território. É importante ressaltar a renovação do projeto no ano de 2019 e sua ampliação para a UBS da comunidade Romualdo, atendida pela mesma ESF.

Dessa forma também, pode-se perceber maior aproximação das instituições de ensino superior da região com o território e formação de vínculos com os atores desse ambiente. Percebeu-se uma adesão dos demais profissionais quanto à inserção da prática de fitoterapia no cotidiano dos processos de trabalho, inclusive com a prescrição médica, farmacêutica e da enfermagem das plantas medicinais e fitoterápicos que existem no horto de plantas da UBS. Além disso, estratégias para tentar envolver ainda mais os usuários na prática do uso de fitoterápico estão em andamento, como o Cantinho do Chá e a Sala de Espera Educativa, com a oferta de chás durante os atendimentos nas unidades e distribuição de partes de plantas *in natura* em saquinhos com identificação, indicação e forma adequada de preparo aos usuários que frequentam o serviço, postagens em redes sociais e rodas de conversa.

Atrelar ou resgatar o uso de plantas medicinais na atenção à saúde promove valores culturais, aumentando o vínculo da equipe com a comunidade, devolvendo à essa última a autonomia no cuidado. Para tanto, a abordagem não pode ser apenas por meio de prescrições, podendo acontecer sob diversas formas de trabalho, como farmácias e estabelecimentos que permitem a dispensação das drogas vegetais, hortos didáticos, hortas

comunitárias, oficinas e rodas de conversa sobre o tema (STAROSTA; ANJOS, 2020).

Atualmente, o Jardim Medicinal conta com os cuidados dos profissionais das duas UBS de abrangência da ESF Baixo das Palmeiras e contém um número considerável de espécies vegetais, que incluem desde hortaliças, plantas ornamentais, frutíferas, entre outras. A adesão da população aos projetos e as indicações realizadas pela equipe tem sido satisfatória, assim como a fabricação caseira de produtos naturais e o cultivo de plantas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um diálogo próximo e efetivo entre comunidade, ensino e serviço é fundamental para a mudança do paradigma da saúde. O projeto Jardim Medicinal ultrapassou os objetivos inicialmente propostos, com uma ampla apropriação por parte da comunidade, transformando a forma de cuidado da saúde comunitária. Além disso, proporciona um resgate de saberes e forma de lidar com a ambiente, ampliando o escopo de promoção da saúde.

É possível fazer a diferença mesmo com uma realidade desfavorável, reconhecer e fortalecer as potencialidades que o território oferta, estabelecendo parcerias, compartilhando responsabilidades contribuindo fortemente para a mudança da realidade local. No entanto, percebe-se a necessidade de um maior engajamento da comunidade na manutenção do horto de plantas medicinais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, D. D. **Utilização de plantas medicinais e fitoterapia na estratégia saúde da família no município de Recife: impacto de ações implementadas sobre a prescrição e recomendação.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCS. Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas. 2014. 96p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 60p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 96p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde:** revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 36p.

FIRMO, W. C. A.; MENEZES, V. J.M.; PASSOS, C.E. C; DIAS,C.N.; ALVES. L.P.L.; DIAS, I. C. L; SANTOS NETO, M.; OLEA, R.S.G. Contexto histórico, uso popular e concepção científica sobre plantas medicinais. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 18, n. especial, 2011.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Ensinando a cuidar em Saúde Pública**. São Paulo: Yendis, 2005.

GALANTE, Y. P. C.; AIRES, F. H; RODRIGUES, L.V; KAIPPERT, I., LAPA, J. S. , RODRIGUES, R. R. D. Implantação de um canteiro medicinal didático em uma unidade básica de saúde do Distrito Federal: relato de experiência. **Interagir: pensando a extensão**. n. 28, p. 127-138, jul./dez. 2019.

SANTOS, A. L.; RIGOTTO, R. M. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8 n. 3, p. 387-406, nov.2010/fev.2011

STAROSTA, J. A.; ANJOS, M. C. R. D. “Cantos e saberes”: processo de construção de um documentário sobre plantas medicinais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 1, 2020.

TERAMOTO, J. R. S. Farmácias vivas no SUS-Campinas: Implantação/Implementação pelo grupo de plantas medicinais e fitoterápicos /LAPACIS/FCM/UNICAMP. **Revista Intellectus**. Volume especial, p. 15-23. 2019.